

Clima

Estável

• Frio pela manhã em vários setores do Paraná e dia mais "cinzento" da capital até as praias

Min: 08° C em Curitiba;
Máx: 24°C em Londrina

Fonte: Simepar

Fechamento desta edição: 11:00 horas

Faça sua assinatura pelo fone (43) 3232-2568: R\$ 30,00 para entrega em Sertãozinho e R\$ 50,00 nos demais municípios, pelos Correios (Edição Comercial - Consultar valores para o Diário Oficial).

jornal da

CIDADE

Fundado em 20 de fevereiro de 2000 • Diretor e Jornalista Responsável Getulio V Soares • Registro Profissional MTB 10776/PR
Quinta-Feira, 16 de Agosto de 2018 • ANO XVIII • Edição N°. 1706 • R\$ 1,50

Cotação

SOJA - SACA 60 kg	
Dia	Preço
16/08/18.....	R\$ 78,50
MILHO - SACA 60 kg	
Dia	Preço
16/08/18.....	R\$ 32,00
TRIGO - SACA 60 kg	
Dia	Preço
16/08/18.....	R\$ 45,00
Fonte: Deral/Seab	

40% dos brasileiros fazem autodiagnóstico médico pela internet

Pessoas das classes A e B, com curso superior e jovens, são o perfil dos pacientes que usam a internet para se autodiagnosticar, segundo levantamento do Instituto de Ciência, Tecnologia e Qualidade (ICTQ), entidade de pesquisa e pós-graduação na área farmacêutica. O terceiro estudo do instituto sobre o tema apontou que 40,9% dos brasileiros fazem autodiagnóstico pela internet. Desses, 63,84% têm formação

superior.

A última edição do estudo, de 2016, já apontava patamar de 40% de autodiagnóstico online, mas dessa vez foi traçado o perfil socioeconômico. "É uma novidade e nos surpreendeu muito, porque imaginávamos que quem se autodiagnosticava eram pessoas que não têm acesso ao médico. Mas são das classes A e B, esclarecidas e com poder econômico para buscar informação de saúde mais concreta e

consciente", diz Marcus Vinicius Andrade, diretor de pesquisa do Instituto de Pesquisa e Pós-Graduação para o Mercado Farmacêutico do ICTQ.

Entre os que fazem autodiagnóstico 55% são das classes A e B e 26%, das classes D e E. "Pessoas de baixa renda ainda buscam mais o médico em prontuários-socorros. Quanto mais idosas, mais recorrem ao médico, pois têm dificuldade com a internet de modo geral." O levantamento foi

feito em maio em 120 municípios, incluindo todas as capitais, e ouviu 2.090 pessoas com mais de 16 anos. Para os pesquisadores, o imediatismo está entre as motivações, principalmente na geração de 16 a 34 anos.

A professora Isabella Oku, de 28 anos, é um exemplo. "Evito ir a consultas em relação a certos sintomas, coisas que não são tão graves, como alergias." Há cerca de oito meses, ela está com um desconforto na unha, que coça sempre que vai à manicure. Isabella pesquisou na internet uma pomada, que está usando. "Não quero precisar esperar o médico ter disponibilidade para me atender." Na semana passada, com dor de garganta, já chegou ao consultório dizendo que estava com amidalite. "Tomei antibiótico e não adiantou nada. O médico falou que eu estava

resfriada e isso é muito genérico." (Agência Estado)

Riscos

Denize Ornelas, da Sociedade Brasileira de Medicina de Família e Comunidade, diz que o número de pacientes que chegam aos consultórios com autodiagnóstico e automedicação é crescente. "O maior impacto é quando chegam por efeitos colaterais ou interação medicamentosa", diz. "A maior parte das doenças começa com dor, febre, indisposição, sintomas mais gerais. Se o paciente se automedica e não espera a progressão, pode

mascarar uma doença. Dor abdominal pode ser azia e má digestão, mas, se você faz uso constante de antiácido, pode retardar um diagnóstico de câncer de estômago. É raro, mas pode acontecer."

Em 2016, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) definiu os critérios para que remédios pudessem ser isentos de prescrição médica. Não ter potencial para causar dependência, não ter indicação para doenças graves e ser tomado por prazo curto estão entre os requisitos. "São feitos para

sintomas menores, como dor de cabeça, indisposição estomacal", diz Marli Sileci, da Associação da Indústria de Medicamentos Isentos de Prescrição.

O Google e o Hospital Israelita Albert Einstein fecharam em 2016 parceria para oferecer informações confiáveis a usuários que fazem buscas na área da saúde por meio de quadros com dados sobre as doenças revisados pelo hospital. No ano passado, foram incluídos dados sobre os sintomas. As informações são do jornal O Estado de S. Paulo. (A.E.)

Próximo presidente encontrará reforma tributária pronta para votar

Após as eleições, comissão especial da Câmara dos Deputados terá pronta para votar nova legislação tributária. A proposta promete racionalizar, tornar mais justa e eficiente a cobrança de impostos e contribuições no país.

A promulgação da Proposta de Emenda Constitucional nº 293/04, no entanto, só poderá ocorrer após o fim da vigência da intervenção federal na segurança pública do Estado do Rio de Janeiro (Decreto nº 9.288/18), prevista para 31 de dezembro de 2018. O calendário de tramitação final coincide com o início do mandato do novo presidente a ser eleito em outubro.

O próximo mandatário poderá se beneficiar da convergência, segundo especialistas, em torno das necessidades de mudança na lei tributária, para simplificar a cobrança, acabar com a guerra fiscal entre

os estados e diminuir os chamados "efeitos regressivos" - que tendem a onerar os contribuintes de renda menor.

Esses problemas são apontados por especialistas de entidades e órgãos diferentes como o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), a Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal, o Centro de Cidadania Fiscal (CCiF) e o Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação (IBPT), responsável pelo o cálculo do Impostômetro.

IVA

Nas propostas há diferenças quanto à abrangência da reforma, prazos, gradualismo, repartição da arrecadação, peso das alíquotas e autonomia das unidades da Federação para tributar. É quase senso comum a criação do Imposto de Valor Adicionado (IVA).

Alexandre Ywata, diretor de Estudos e Políticas Regionais, Ur-

banas e Ambientais do Ipea, defende a adoção do IVA e explica como funciona o imposto. "A empresa tem sua receita em função da venda de seu produto ou serviço. Dessa receita que será tributada, desconta-se antes o gasto com os insumos oferta daquele bem (matéria prima, transporte, energia, consultorias). Assim, uma empresa que teve faturamento de R\$ 2 milhões e que tem gastos de R\$ 1,8 milhão com insumos, e terá tributação em cima de R\$ 200 mil".

Na PEC, em fase final de acolhimento de emendas, o IVA substitui o ICMS, IPI, ISS, Cofins, salário-educação.

A reforma descrita na proposta de emenda constitucional também acaba com o IOF e ainda estabelece um imposto seletivo para arrecadação federal sobre energia elétrica, combustíveis líquidos e derivados, comunicação, cigarros

bebidas e veículos; entre outras medidas.

O relator da proposta, deputado Luiz Carlos Hauly (PSDB-PR), afirma que não haverá aumento da carga tributária e nem perda de arrecadação para a União e para os estados. No caso dos municípios, esses receberão mais tributos. Hauly acredita que haverá mais recursos com aumento da eficiência de arrecadação, diminuição de litígios e da burocracia.

"Ao simplificar e eliminar nove tributos da base de consumo substituir pelo IVA e um apêndice, vamos diminuir totalmente a burocracia", prevê.

Para Bernardo Appy, ex-secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda

e hoje à frente do CCiF, a reforma tributária sobre bens e serviços "é a medida com maior impacto no aumento da produtividade num horizonte de 10 a 20 anos". Por isso, "deveria estar na agenda de qualquer governo que deseja aumentar a renda dos brasileiros nas próximas décadas".

O ex-secretário da Receita Federal, Everardo Maciel, enfatiza

que o próximo presidente deverá se mobilizar para viabilizar melhoria na legislação tributária. "Se não houver a intervenção direta do [Poder] Executivo nada anda. É fora de propósito imaginar que o Congresso tenha capacidade de iniciativa para deflagrar modificações desse porte".

Caso a reforma tributária venha a ser aprovada como descrita

na PEC, o novo presidente terá de atuar no Parlamento pela aprovação da legislação complementar que definirá, entre outras coisas, alíquotas dos novos impostos. O novo governo também deverá cuidar da criação e implantação das plataformas eletrônicas para declaração de ganhos e arrecadação dos novos impostos.

Agência Brasil